



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

12557 - Resumo Expandido - Trabalho - XXVI Encontro de Pesquisa Educacional do Nordeste – Reunião Científica Regional Nordeste da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação – ANPEd Nordeste (2022)

ISSN: 2595-7945

GT08 - Formação de Professores

**A PROFISSIONALIDADE DOCENTE NO CONTEXTO DA BASE NACIONAL COMUM PARA FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA**

Márcia Cristina Xavier dos Santos - UFPE/CAMPUS AGRESTE - UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

Carla Patricia Acioli Lins - UFPE - Universidade Federal de Pernambuco

Agência e/ou Instituição Financiadora: CAPES/FACEPE

## **A PROFISSIONALIDADE DOCENTE NO CONTEXTO DA BASE NACIONAL COMUM PARA FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA**

### **1 INTRODUÇÃO**

Este trabalho busca refletir possíveis efeitos da Base Nacional Comum para Formação Continuada (BNC – Formação) para o desenvolvimento da profissionalidade docente, e se desdobra de reflexões mobilizadas a partir de nossas aproximações com a temática considerando nossa pesquisa em desenvolvimento no doutorado do Programa de Pós – Graduação em Educação Contemporânea da Universidade Federal de Pernambuco – Centro Acadêmico do Agreste (PPGEDUC – UFPE/CAA), e parte integrante do Projeto de Aprimoramento dos Sistemas de Saúde e Educação de Pernambuco apoiado pela CAPES/FACEPE.

Considerando nossa atenção na profissionalidade docente, salientamos o seu sentido polissêmico (GORZONI; DAVIS, 2017), geralmente articulado a perspectiva normativa do conceito de profissão. Assim, geralmente a noção de profissionalidade é tomada como os saberes específicos que legitimam à docência (ROLDÃO, 2007), como “o conjunto de comportamento, conhecimentos, destrezas, atitudes e valores que constituem a especificidade de ser professor” (SACRISTÁN, 1995, p.65), saberes que se desenvolvem em relações que se

dão dialogicamente, e são influenciados por contextos culturais, políticos e econômicos. Partindo dessa perspectiva, buscamos pensar a profissionalidade também como formas e gestos de exercícios da docência envolvendo movimentos que estão para além da normatividade. E articulam, em seus modos diversos de ser e estar professor (a), suas experiências, inventividade, criatividade, diversidade de saberes e conhecimentos, afetos e intuições, tornando possível a autoria nesse exercício (LARROSA, 2018; MASSCHELEIN, 2021) em contraposição ao exercício que se apoia apenas em sua dimensão normativa. Ou seja, buscamos considerar também movimentos articulados a uma docência e formação docente não hegemônica, para além do discurso de especialização e competências técnicas.

Nesse contexto, inspiradas pelas indicações metodológicas da análise documental (CELLARD, 2008), buscamos problematizar a Resolução CNE/CP N° 1, de 27 de outubro de 2020, que trata sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica (BNC-Formação Continuada).

A BNC Formação Continuada se constitui em política de formação docente tendo como referência a implementação da BNCC e a Resolução CNE/CP N° 2, de 20 de dezembro de 2019 que define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de professores para a educação básica e institui a BNC para a Formação Inicial de professores da Educação Básica.

A BNCC e a BNC Formação Inicial e Continuada pautam seu discurso na qualidade da educação básica, e no fortalecimento da profissão docente no Brasil propondo diretrizes para o desenvolvimento do conhecimento profissional, da prática profissional e do engajamento profissional, competências essenciais para “a promoção de situações favoráveis para a aprendizagem significativa dos estudantes e o desenvolvimento de competências complexas, para a ressignificação de valores fundamentais na formação de profissionais autônomos, éticos e competentes” (BRASIL, 2020, p. 2).

A BNC Formação Continuada justifica assim a importância do desenvolvimento de tais competências nos artigos 1° e 3° da Constituição Federal, que tratam sobre atuação profissional e desenvolvimento nacional, na Lei N° 9.394/1996, que trata das Diretrizes e Bases da Educação Nacional, e no Plano Nacional de Educação (PNE), especificamente as metas 15 e 16 que tratam da formação docente ao nível de pós-graduação.

A Base para a formação continuada tem sido rejeitada por associações como, por exemplo, a Anfope, Anped e Anpae que tecem críticas no sentido de reafirmarem o modo como as diretrizes propostas se articulam a uma visão utilitarista e instrumental da docência ignorando também a diversidade nacional e a autonomia pedagógica das instituições de formação docente (NOGUEIRA; BORGES, 2021). Nesse contexto, pesquisadores de diferentes perspectivas teóricas no campo educacional alertam para a aproximação das propostas da BNC Formação aos ideais neoliberais e hegemônicos de formação. Por exemplo,

Evangelista, Fiera e Titton (2019) apontam a BNC Formação como uma política que favorece o mercado, na qual a formação humana não é a principal preocupação. Soares et al (2022) a problematizam como uma “política de regulação e controle das instituições formadoras, dos professores e dos estudantes no seu processo de formação” (p.14), que fortalece uma política neo-conservadora que usa a educação como meio de atender às demandas do sistema capitalista.

Farias (2019) afirma que as diretrizes, formuladas em um contexto político de retrocesso da democracia, possui “uma lógica homogeneizante e focada nos resultados” (p.163). Simionato e Hodold (2021) alertam para o caráter prescritivo de formação docente e o alinhamento de sua proposta aos discursos de homogeneização, eficácia e avaliação que responsabilizam exclusivamente os (as) professores (as) e desconsideram contextos sociais que podem influenciar a educação e a escolarização das crianças e jovens. Semelhantemente, Rodrigues, Pereira e Mohr (2021) afirmam que a BNC Formação apresenta uma lógica homogeneizante e focada nos resultados, que não considera a complexidade do ensinar e a diversidade dos contextos de trabalho, e não viabiliza o desenvolvimento e valorização dos professores (as).

Ao considerarmos o debate posto pelos estudos e pesquisas na área, pensamos que a BNC Formação Continuada pode produzir efeitos na profissionalidade docente deslocando seus saberes para uma ênfase técnica / metodológica numa perspectiva utilitária, pois ainda que os processos de formação docente não se encerrem às orientações de políticas oficiais, importa considerar seus efeitos nos modos diversos de ser e estar professor (a), uma vez que chegam ao cotidiano escolar buscando estabelecer práticas que parecem tentar padronizar e controlar o exercício docente. A seguir propomos refletir sobre esses possíveis efeitos produzidos pela BNC Formação Continuada no desenvolvimento da profissionalidade de professores (as) em exercício no ensino fundamental.

## **2 A BASE NACIONAL COMUM PARA FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA E SEUS EFEITOS NA PROFISSIONALIDADE DE PROFESSORES (AS)**

O fortalecimento da profissão docente aparece como um dos argumentos principais na BNC Formação Continuada, algo importante no contexto educacional, porém, é preciso atenção sobre a concepção de profissão docente que a BNC propõe fortalecer. Pois, como apontado por Simionato e Hodold (2021), Rodrigues, Pereira e Mohr (2021), Evangelista, Fiera e Titton (2019), entre outros, ao estabelecer diálogo com ideias empresariais hegemônicas a BNC Formação pode estabelecer distanciamento significativo da concepção de educação preocupada com a formação humana. Nesse contexto, pensamos que para além disso, a BNC Formação também pode articular a profissão e profissionalização docente sentidos relacionados a princípios e valores de mercado como táticas para domar os (as) professores (as), e conseqüentemente, a escola e a educação, substituindo a relação de amor que o (a) professor (a) estabelece e mobiliza no exercício da docência por uma relação

contratual, de obediência, que neutraliza e privatiza o trabalho docente criando assim possibilidades de nessa relação o (a) professor (a) se transformar em funcionário (a) civil, prestador (a) de serviços, empregados (as) e trabalhadores (as) de empresários, ocupando posições inequívocas na ordem social (MASSCHELEIN; SIMONS, 2014). Nessas circunstâncias, o sentido de escola como lugar de suspensão tornando possível o pensamento é concebido como lugar de reprodução dos “saberes” considerados essenciais para o mercado de trabalho.

No cenário traçado pela BNC Formação Continuada os(as) professores (as), correm risco de serem vistos como simples executores das políticas, com tarefas delimitadas e mecânicas, apenas como um funcionário do Estado (LARROSA, 2018), e o aperfeiçoamento ou fortalecimento de sua “profissão” são dirigidos ao fortalecimento e manutenção do projeto de sociedade dos grupos hegemônicos. Assim, a BNC Formação assume certo distanciamento do desenvolvimento de uma profissionalidade docente que envolva formas e gestos de seu exercício que se articulam às experiências, inventividade, criatividade, liberdade e autoria (LARROSA, 2018).

Nessa direção, temos a impressão inicial de que a BNC Formação Continuada se aproxima de uma perspectiva normativa de profissão e profissionalidade docente, pautada no discurso de competência e aquisição de saberes profissionais, ao por exemplo, ter sua proposta de formação continuada prescritiva e de instrumentalização dos professores para a transmissão dos conteúdos curriculares propostos pela BNCC, algo que nos remete ao que Larrosa (2018) chama de proletarização precária e supostamente profissionalizada, na qual há o cancelamento das aprendizagens do saber-fazer e saber-viver que envolve a experiência por “formas de adestramento que não são outra coisa além de treinamento para aplicação de protocolos uniformes e de metodologias padronizadas” (LARROSA, 2018, p.26) articulada a cultura econômica- empresarial que “pressupõe que os professores devem ser vigiados (avaliados) para fazer (bem) seu trabalho” (LARROSA, 2018, p.51).

Nossas observações iniciais nos sugerem que a perspectiva normativa acerca da profissionalidade junto com a proposta da BNC Formação podem fortalecer modos de ser professor (a) preocupados com a excelência da técnica, e seu exercício preocupado com a reprodução de um modo escolar identificado com uma lógica mercantil, e menos como já dito, com uma docência inventiva. Realçamos que nessa perspectiva a BNC Formação pode vir a fortalecer um projeto de sociedade neoliberal a partir da regulação e controle da educação e dos professores (as) que atuam na educação básica. Daí a necessidade de maior problematização do termo profissionalidade docente que vá além de seus significados normativos e institucionais. Pensamos que tais reflexões podem favorecer o fortalecimento do grupo docente, pautado no reconhecimento destes como produtores de conhecimento, como alguém que “encarna certo saber e certo saber-fazer”, alguém que “faz escola” (MASSCHELEIN, 2021, p.40).

### **3 CONCLUSÃO**

Buscamos refletir sobre os possíveis efeitos da BNC – Formação Continuada na profissionalidade docente, a partir da problematização da Resolução CNE/CP N° 1, de 27 de outubro de 2020, que trata sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica (BNC-Formação Continuada).

Nossas reflexões iniciais apontaram para possíveis articulações da BNC Formação com ideais neoliberalista (SIMIONATO; HODOLD, (2021); RODRIGUES; PEREIRA; MOHR, (2021), EVANGELISTA; FIERA; TITTON (2019) que desconsideram a pluralidade e complexidade que envolve o ensino e aprendizagem e que podem afetar os modos de ser e estar docente. Também identificamos o que parece ser a substituição das aprendizagens do saber-fazer e saber-viver que envolve a experiência (LARROSA, 2018) por uma perspectiva instrumental e gerencial na formação docente. Por fim, percebemos o que parece ser uma apropriação da perspectiva normativa de profissão e profissionalidade para tentar ajustar o conceito às intenções dos grupos hegemônico e justificar a implementação das diretrizes.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Parecer CNE/CP N° 14/2020 que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica e Base Nacional Comum para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica (BNC-Formação Continuada), 2020. Disponível em: <https://abrir.link/jm9zR>. Acesso em: 12/09/2022.

CELLARD, André. Análise documental. In: **A pesquisa qualitativa: enfoque epistemológicos e metodológicos**. Vários autores. Tradução de Ana Cristina Nasser. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

EVANGELISTA, Olinda. FIERA, Leticia. TITTON, Mauro. DIRETRIZES PARA FORMAÇÃO DOCENTE É APROVADA NA CALADA DO DIA: mais mercado. **Universidade à Esquerda**: jornal socialista e independente, 2019. Disponível em: <https://abrir.link/MtTWH>. Acesso em: 12/09/2022.

FARIAS, Isabel Maria Sabino. O discurso curricular da proposta para BNC: da formação de professores da educação básica. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 13, n. 25, p. 155-168, jan./mai. 2019. Disponível em: <http://www.esforce.org.br>. Acesso em: 18/09/2022.

GORZONI, Sílvia De Paula. DAVIS, Paula. O conceito de Profissionalidade docente nos estudos mais recentes. **Cadernos de Pesquisa** v.47 n.166 p.1396-1413 out./dez. 2017. Disponível em: <https://publicacoes.fcc.org.br/cp/article/view/4311/pdf>. Acesso em: 12/09/2022.

MASSCHELEIN, Jan. SIMONS, Maarten. **Em defesa da escola: uma questão pública**. Tradução: Cristina Antunes – 2 Ed. – Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014.

MASSCHELEIN, Jan. Fazer escola: a voz e a via do professor. In: **Elogio do Professor**. Organização Jorge Larrosa et al. – 1 ed. –Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

NOGUEIRA, Adrinelly Lemes. BORGES, Maria Célia. A BNC-FORMAÇÃO e a Formação Continuada de Professores. **RPGE**– Revista on line de Política e Gestão Educacional, Araraquara, v. 25, n. 1, p. 188-204, jan./abr. 2021. Disponível em:

<https://doi.org/10.22633/rpge.v25i1.13875>. Acesso em: 18/09/2022.

Rodrigues, L. Z., Pereira, B., & Mohr, A. Recentes Imposições à Formação de Professores e seus Falsos Pretextos: as BNC Formação Inicial e Continuada para Controle e Padronização da Docência. **Revista Brasileira De Pesquisa Em Educação Em Ciências**, 2021, 1–39. <https://doi.org/10.28976/1984-2686rbpec2021u12771315>. Acesso em: 18/09/2022.

ROLDÃO, Maria do Céu. Função docente: natureza e construção do conhecimento profissional. **Revista Brasileira de Educação**.v.12 n.34 jan./abr. 2007.

SACRISTÁN, José Gimeno. Consciência e ação sobre a prática como libertação profissional dos professores. In: NÓVOA, António. **Profissão professor**. 2. ed. Porto: Porto, 1995. p. 63-92.

SIMIONATO, Margareth Fadanelli. HOBOLD, Márcia de Souza. Diretrizes curriculares nacionais para a formação inicial de Professores: padronizar para controlar? **Revista Práxis Educacional** v. 17, n.46, p. 1-17, JUL./SET. | 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.22481/praxisedu.v17i46.8917>. Acesso em: 18/09/2022.

SOARES, Patrícia Gavião *et al.* BNC-Formação Continuada de Professores da Educação Básica: competências para quem? **Research, Society and Development**, v. 11, n. 9, 2022. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/32181>. Acesso em: 12/09/2022.

LARROSA, Jorge. **Esperando não se sabe o quê: sobre o ofício de professor**. Tradução: Cristina Antunes. – 1. Ed—Belo Horizonte: Autentica Editora, 2018.